

# Greves arrancam conquistas parciais

*Mas continua a luta pelos planos de carreira e melhoria do vencimento básico pois gratificação não resolve.*

Ninguém pode ter dúvida. As concessões parciais contidas nas MPs cuja edição o governo concluiu na sexta-feira, dia 30, quando já se expirava o prazo legal são frutos da mobilização, das greves, da pressão!

São oito MPs (a primeira foi em maio), envolvendo mais de 30 setores, com alterações de todo tipo, desde a criação de carreiras e gratificações de exercício, passando por aumento do valor dos pontos de algumas das famigeradas “gratificações de desempenho”. Uma análise mais

detalhada será preparada para o próximo Esplanada Geral.

É um verdadeiro cipal –a começar pelos percentuais de reajuste– que complica ainda mais a atual estrutura de remuneração e torna muito difícil, até para o servidor mais atento, compreender de imediato o impacto das medidas.

Não é um acaso. Por trás de aparentes disparates –como criar uma carreira ou gratificações para setores de um Ministério deixando outros sem nada– existe uma política, que começou no governo FHC e que conti-

nua. O rumo do governo é individualizar o contrato de trabalho, jogar um servidor contra o outro e destruir o direito à aposentadoria, com as absurdas “gratificações de desempenho” (por exemplo, a substituição da GDATA para o PCC, não prejudica a contagem de tempo para incorporação na aposentadoria?).

Assim, vemos o governo sendo obrigado pelas greves a fazer concessões parciais mas, ao mesmo tempo, tentando manter o fio condutor de sua política.

Há, claro, exceções, arrancadas num ou nou-

tro setor. Mas o conjunto denota que o governo quer se manter no mesmo “rumo” atual. Uma reflexão se impõe: para mudar essa política, mais do que nunca, os servidores precisam estar unidos, organizados unitariamente, preparando fortes greves e mobilizações conjuntas, com um alvo bem definido na exigência do atendimento das reivindicações. Assim teremos força para mudar, com abrangência, o curso do que está fazendo o governo com o funcionalismo.

Neste momento, todo servidor que reclamar e

reivindicar do “seu” Ministério provavelmente terá como resposta que “a culpa é do Paulo Bernardo”. Mas não é verdade que ele é tão somente um escudeiro –fiel– de uma política que é de todo o governo, definida pelo Presidente da República?

Todos e cada um deles são responsáveis. Todos se curvaram à “aplicação da lei” na hora de cortar o ponto dos grevistas.

No Inbra, MDIC, Funai, Agricultura, as greves se estenderam para exigir a abertura de verdadeiras negociações para implantar os planos de carreira. Essa luta continua.

## Conteúdo das MPs

Observações: 1-avaliação preliminar; 2-não é possível definir índices setoriais de reajuste porque na maioria são diferenciados e parcialmente virtuais por causa das “gratificações de desempenho”; 3-As MPs citadas neste quadro também tratam de outras carreiras/setores. Além disso, foram também editadas as MPs 305, 306, 307 e 308, tratando da remuneração de advogados, procuradores, militares das Forças Armadas, polícias civis e militares, etc.

	SETOR / PLANO	PRINCIPAIS ALTERAÇÕES
MP 304	Plano de Classificação de Cargos-PCC	Transfere os servidores do PCC para o novo “Plano Geral de Cargos do Poder Executivo” (PGPE). Reajusta a remuneração, a partir de julho de 2006, por meio da criação da “Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa e de Suporte” (GDPTAS) em substituição à atual GDATA. Fica mantida a GAE. Enquadramento automático, salvo opção formulada em até 30 dias.
	Ibama	A partir de agosto de 2006, enquadramento dos aposentados no Plano de Cargos do Ibama.
	FNDE – INEP	Cria planos especiais próprios, com novas tabelas a partir de outubro/2006, enquadrando o pessoal do PCC desses órgãos.
	Agências Reguladoras	Cria plano especial próprio e redistribui servidores do PCC para o quadro das agências. Exige termo de opção.
	Imprensa Nacional	A partir de agosto de 2006, reajuste na gratificação de desempenho, GEPDIN, que substitui a GDATA, conforme o caso.
	Docentes e Militares de Ex-territórios	Reajuste por meio de criação das gratificações GEDET (docentes, Art. 22) e ajuste na GSV (militares), com vigência a partir de julho de 2006.
MP 302	Alguns órgãos do Planejamento, Fazenda e Presidência	Criação de uma Gratificação de Exercício (GSISTE) para servidores do M.Planejamento (SOF, SPI, SEGES, SRH e SLTI – 287 servidores), Fazenda (STN) e Presidência da República (Arquivo Nacional/CC). Até um certo limite é cumulativa mas não integra os proventos na aposentadoria (Art. 16).
	EMBRATUR	Reestruturação do Plano de Cargos com enquadramento também dos servidores PCC da Embratur.
	Diplomacia	Altera vencimento básico e cria gratificação fixa.
	Suframa	Transferência dos servidores do PCC lotados na Suframa para plano próprio.
MP 301	Seguridade - MPS, MS, MTE e FUNASA	Pagamento do passivo de 47,11% parcelados em 6 anos, sendo a 1ª em março/2006 de 3% e a última em dezembro de 2008. Reajusta valor do ponto da “gratificação de desempenho” (GDASST). Utiliza o artifício de criar a nova “Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho”. Exige termo de opção em até 90 dias.
	Tecnologia Militar (pessoal civil)	Transferência dos servidores do PCC lotados nas Forças Armadas para a Carreira de Tecnologia Militar, a partir de fevereiro de 2006.
	Hospital das Forças Armadas	Para os servidores que ocupam emprego público (CLT), reajuste de 21% a partir de julho/2006 (não vale para os servidores PCC do HFA).
	Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo	Reajuste a partir de julho/2006 e aumento no ponto do Inativo. Mantém “gratificação de desempenho”.
	Inmetro – Fiocruz – INPI – IBGE	Sai da carreira de Ciência e Tecnologia (e também do PCC e CSST no caso da Fiocruz) e cria carreira própria, com nova tabela a partir de agosto de 2006.
MP 295	Banco Central	Reajuste de 10%, integralizado a partir de junho de 2006. Mantida a paridade ativo/aposentado/pensionista.
	Ciência e Tecnologia	15% no Vencimento Básico a partir de fevereiro de 2006

# Incra: governo é o responsável pela continuação da greve

Na quinta e sexta-feiras, dias 29 e 30, o Comando de Greve do Incra fez um último esforço para fechar com o governo um acordo que pudesse ser incluído nas MPs, dentro do prazo legal, quebrando a absurda intransigência do governo, que tentou até mesmo suspender o salário sendo derrotado judicialmente em ação jurídica do Sind-

sep-DF. Após muitas horas de reuniões inclusive com o próprio ministro do Desenvolvimento Agrário e o presidente do Incra, os servidores construíram uma proposta emergencial com três itens:

1) para os ativos, a GDARA é fixada em 80 pontos (o próprio MDA reconhece que **essa proposta não traz nenhum custo financeiro** adicional, nem para

2006, nem para 2007);

2) para os aposentados, a GDARA passa de 30 para 45 pontos em agosto/06, e para 60, em março/07 (o custo, em 2006, não chega nem a 2% da folha);

3) retomada imediata das negociações para solução das demais questões, tais como: fim da curva forçada, reajuste sobre o vencimento básico, com a conclusão dos trabalhos

até agosto para inclusão da proposta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007.

Declarando que a respeito do ponto três não havia divergência, os representantes do MDA/Incra resistiram mas terminaram aceitando submeter os outros dois ao Planejamento. Ao que parece, no entanto, esses pontos foram solenemen-

te ignorados (não constam das MPs publicadas).

Por isso, a greve continua, agora com os servidores ainda mais conscientes da justiça de sua luta e do seu papel na defesa da reforma agrária e do próprio Incra. Nesta segunda-feira, haverá assembleia para avaliação, ao mesmo tempo que são encaminhadas emendas às MPs, para contemplar as reivindicações dos servidores.

## Funai

O Comando de Greve da Funai convoca uma Plenária Nacional para terça-feira, dia 04.07, às 10h, na Condsef, com o objetivo de avaliar o movimento e discutir novas táticas de pressão sobre o governo. As MPs editadas na sexta-feira não incluíram a criação do Plano de Carreira Indigenista, que há três anos vem sendo prometido pelo governo Lula. Os servidores continuam lutando pela elaboração de um documento no qual seja estabelecido um compromisso formal para que o governo se comprometa em criar e aprovar o Plano de Carreira Indigenista.

## MDIC

Em assembleia na sexta-feira, dia 30.06, os servidores decidiram continuar a greve que já ultrapassa 100 dias e já enfrentou e venceu todas as tentativas de intimidação pelo governo, inclusive o corte de ponto, derrotado judicialmente pela categoria. As reivindicações dos servidores do MDIC (Plano de Carreira) contam com amplo apoio parlamentar e seu atendimento foi sinalizado pelo próprio Ministro do Planejamento. No entanto, elas ficaram de fora das MPs editadas. Agora, a ação dos servidores do MDIC volta-se para a apresentação de duas emendas na Câmara dos Deputados, que já contam com apoio parlamentar. Uma propõe a instituição de gratificação a título de antecipação do plano de carreira, a exemplo do que já foi feito pelo governo para atender os servidores do Ministério da Cultura. A outra emenda propõe a implementação do plano de carreira com impacto orçamentário menor em 2006 e a sua plena implementação em janeiro de 2007.

## Agricultura

O Comando de Greve dos servidores do Ministério da Agricultura (MAPA) está convocando os funcionários do órgão para participar da assembleia, hoje, segunda-feira 03.07, às 10h, na portaria central do MAPA para discutir a situação aberta a partir da publicação das Medidas Provisórias publicadas pelo governo na sexta-feira, dia 30.06. Já foram elaboradas e apresentadas emendas parlamentares para incluir as reivindicações dos servidores da agricultura.

### ASSEMBLÉIAS DESTA TERÇA-FEIRA – 04.07

MTE/MPAS	Ala A – Anexo, Térreo	9h
MEC	Auditório da Sede	10h
Ministério do Planejamento	Bloco C, Portaria	10h30
Ministério da Saúde	Anexo, 3º andar	11h

## Assembleia Geral

Quinta-feira - 06.07 - 12h30 - Espaço do Servidor (Esplanada - ao lado do Bloco C)

Pauta: avaliação das MPs, continuidade da luta pelos planos de carreira e eleição de delegados para a Plenária Nacional da Condsef

## Bacen/PASBC

### Servidor, exija o cumprimento da lei

Tanto a Lei 9.650/98 como a Medida Provisória 295/2006 determinam que a contribuição mensal do servidor ativo, inativo ou do pensionista será de 1% a 3% de sua remuneração, provento ou pensão. Já a contribuição relativa aos dependentes não presumidos será de 1% a 5% da remuneração ou provento do servidor contribuinte. Isso significa que o banco não pode criar nenhuma nova cobrança e muito menos pode eliminar benefícios. Caso o banco pudesse criar despesas para você, o legislador não teria colocado na lei a contribuição de cada servidor.

Outro problema de extrema gravidade relacionado ao PASBC é a terceirização que o banco resolveu implementar na recepção do 2º subsolo. Um setor essencial, onde o servidor procura os primeiros atendimentos, expondo seus problemas de saúde, portanto de caráter privado, não poderia jamais ser terceirizado. Afinal, a relação servidor/Pasbc tem ou não caráter reservado?

Em respeito aos instrumentos jurídicos vigentes e aos direitos do funcionalismo, resta ao banco revogar todos os artigos do regulamento que impõem novas despesas aos servidores e eliminam benefícios.

Na palestra “Aposentados e o Estado” no auditório do Sindsep-DF, na quinta-feira, dia 29.06, aposentados e pensionistas conheceram e debateram seus direitos como cidadãos e trabalhadores.



Foto: M/Management

**SINDSEP-DF Expediente:** Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212- 1900. **Redação:** Edison Cardoni, Giselle do Valle, Maria de Jesus, Célio Luís Paulo, Ismael José César, Frederico Magalhães, Cleusa Cassiano, José Lourenço da Silva, Oton Neves, Joel de Oliveira e Solange Nunes – **Conselho Editorial:** Edison Cardoni (coordenador da Secretaria de Imprensa), Roberto Monteiro de Oliveira, Leonio Gomes Lacerda, Ricardo Jacome, Joel de Oliveira, Marta Rosângela e Carlos Henrique – **Jornalista:** Giselle do Valle DF2361JP – **Projeto Gráfico e Diagramação:** Ronaldo Alves DF0207DG – **Tiragem:** 10.000 – **Impressão:** Red Graf